

Marxismo analítico: o novo anti-marxismo

A crise global do mundo contemporâneo, marcado tanto pela derrocada do assim denominado "socialismo real" como pela crise do mundo capitalista, é o solo que propiciou o surgimento da mais nova corrente do marxismo contemporâneo. Nos referimos às teorizações que vêm sendo publicadas, e recebidas com não poucos aplausos, principalmente nos países de língua inglesa, de pensadores como John Elster, Roemer, Cohen, Mayer, etc.

A publicação do livro de Gabriel Cohen Karl Marx's theory of history - a defense (Princeton University Press, 1978), aclamado mesmo por historiadores do porte de Perry Anderson como um livro fundamental, marca o nascimento desta corrente. A tese central de Cohen tem muita semelhança com a postura fundamental do althusserianismo: Marx necessitaria ser "interpretado" para que se revele o verdadeiro conteúdo "científico" de sua teoria. Nesse sentido, segundo Cohen, a filosofia analítica teria muito a ensinar, em termos de rigor e método, ao marxismo.

A interpretação que faz Cohen da obra marxiana, contudo, vai no sentido de apontar que, para Marx, o mundo dos homens seria composto por uma dualidade ontológica básica. Enquanto as forças produtivas seriam "materiais", as relações de produção seriam "sociais", de tal modo que materialidade seria identificada à natureza -- e a sociabilidade seria algo não material. A partir de então, Cohen tem que excluir força de trabalho da categoria de forças produtivas, "corrigir" Marx substituindo sociedade por "estrutura social", etc., conferindo "precisão" a Marx, retirando do pensador alemão "ambiguidades" que diminuiriam o valor "científico" do seu pensamento.

Logo em seguida, Elster e Roemer entraram em cena com duas contribuições fundamentais ao desenvolvimento do "marxismo analítico". O primeiro introduz o

postulado fundamental do "individualismo metodológico", pelo qual todos os fenômenos sociais deveriam ser explicados tão-só com base nas ações dos indivíduos. Em outras palavras, categoriais universais como capital, classe, gênero humano, etc. seriam meras *flactus voces*, nomes carentes de significado concreto. Apenas nos indivíduos, e nas suas ações, estaria localizado o sólo legítimo para alicerçar as explicações sociais.

O individualismo metodológico, bem pesadas as coisas, significa um retorno ao liberalismo do século XVIII. Tanto agora, quanto então, o indivíduo era tomado enquanto uma mônada singular de cujo movimento resultava a totalidade social. Para o pensamento burguês moderno, o indivíduo era a essência fundante da sociedade, apenas nele se concentravam os fatores que atuavam como "motores" da história.

Um retorno ao século XVIII, todavia, com uma diferença fundamental: enquanto no combate contra os resquícios feudais o individualismo burguês gozava de uma explosiva força revolucionária, o individualismo hoje nada mais é uma das formas contemporâneas pela qual se afirma a contra-revolução.

Roemer tira as consequências deste procedimento de Elster. Em seu livro General Theory of Exploitation and Class, postula que a exploração do homem pelo homem não é, em Marx, uma questão moral. Portanto, ela deve ser tratada, segundo ele, de uma perspectiva fundamentalmente econômica. E, então, dá o pulo do gato: a exploração apenas é condenável se houver um outro modo de vida possível que não careça da exploração!

Em outras palavras, Roemer argumenta que, em dadas circunstâncias, a exploração é legítima e justa. Cita o exemplo de dois indivíduos que, partindo de uma situação de absoluta igualdade, tomam distintas decisões. O primeiro, decide consumir rapidamente, o segundo decide guardar e investir o que possui. Com o passar do tempo, o esgotamento das provisões e propriedades do primeiro indivíduo faz com que a única forma dele continuar consumindo seja vender a sua força de trabalho para o segundo indivíduo, aquele que poupou. Estabelece-se, desse modo, segundo Roemer, uma exploração que não é

condenável. Ela decorre de uma situação de máxima igualdade e livre escolha dos indivíduos.

Do individualismo metodológico e dos pressupostos do marxismo analítico, surge a contribuição mais original (convenhamos) dessa corrente teórica ao debate contemporâneo: a teoria dos jogos. O nóculo fundamental desta teoria é que situações de jogos poderiam servir de modelo de análise à situações sociais reais. Assim, o comportamento dos indivíduos (e apenas deles) nas mais diversas situações poderiam ser explicadas a partir do pressuposto de que os indivíduos "jogam" entre si segundo regras mais gerais definidas *a priori*. A dinâmica de um movimento grevista ou de uma festa de final de ano poderiam ser explicadas, segundo eles, a partir de um tal construto teórico. A racionalidade das ações individuais (por exemplo, se aproveitando de uma greve, um operário, para tirar vantagens pessoais, deve se transformar num fura-greve se com isso conseguir um posto melhor, um melhor salário) pode, deste modo, ser coadunada com a irracionalidade do movimento social global (ao se tornar um fura-greves, o operário enfraquece o movimento reivindicatório de sua classe e, deste modo, termina prejudicando a si próprio).

Reduzir o mundo dos homens, em sua complexidade e inerente universalidade, a mero aglomerado de indivíduos; em seguida, postular que estes indivíduos se relacionam segundo padrões que poderiam ser definidos como de "jogos", requer necessariamente o seguinte pressuposto: os indivíduos agem sempre de modo a escolher o que é melhor para os seus interesses *individuais*. Este padrão de escolha é denominado de "escolha racional". Ou seja, os indivíduos são aqueles característicos do mundo burguês: concorrem entre si por tudo e em tudo. No dizer dos autores, "jogam". A razão destes indivíduos, razão esta que suporta as escolhas feitas, é a racionalidade burguesa: os interesses individuais se contrapõem aos interesses coletivos porque a sociedade nada mais é que o instrumento e/ou obstáculo à acumulação privada de riqueza. Nesta moldura teórica, nossos novos "marxistas" revelam o verdadeiro significado "científico" do pensamento de Marx: a exploração do homem pelo homem não deve ser condenada por princípio, ela pode ser "aceitável".

Num mundo como o que vivemos, em que possibilidades quase infinitas de desenvolvimento humano são refreadas em nome da acumulação de capital, jogando a maior parte da humanidade na miséria -- num mundo, portanto, em que a exploração do homem pelo homem é objetiva e subjetivamente crescentemente inaceitável, o marxismo analítico surge como uma tentativa de domesticar Marx, demonstrando que, a partir da leitura correta dos pressupostos da teoria marxiana (leitura correta esta, expliquemos, que escapou ao próprio Marx) a exploração do homem pelo homem não pode ser condenada *in limine*. A isto, ao fim e ao cabo, se reduz o marxismo analítico e sua teoria dos jogos.